



São Paulo Previdência
Presidência

Ata de Reunião

Referência: Ata da 162ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal

Interessado: São Paulo Previdência

Assunto: Conselho Fiscal da SPPREV

Aos 17 (dezesete) dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, nesta cidade de São Paulo, na sala de reuniões da São Paulo Previdência, sito na Avenida Rangel Pestana, nº 300, 12º andar, ala Dom Pedro, às 10h00min, conforme prévia convocação, reuniu-se, virtualmente, o Conselho Fiscal da São Paulo Previdência-SPPREV. Estiveram presentes à reunião, o Presidente do Conselho Fiscal, Samuel Paulo Viana da Silva, o Vice-Presidente do Conselho Fiscal, o senhor Diógenes Francisco Marcelino bem como os Conselheiros Titulares Eugênia Netto de Andrade e Silva Sahd, Roberto Figueiredo Guimarães e Marina Amadeu Batista Bragante. Também estiveram presentes o Gerente de Planejamento e Controle, Marcos de Oliveira Campos, representando a Diretoria de Administração e Finanças, o Gerente de Finanças e Contabilidade, André Carvalho Penafieri, o analista previdenciário, Valdemir Roberto Machado de Moraes e a assessora previdenciária Bruna Stefano Mandrote. Ausente, por motivos justificados, o Diretor de Administração e Finanças, o senhor André Robles. Inicialmente, o Presidente do Conselho Fiscal declarou abertos os trabalhos, iniciando-se com a seguinte pauta: Aprovação da Ata da 161ª Reunião; Apresentação - Relatório de Imóveis; Apresentação – Auditoria Independente; Apreciação do Balancete de Outubro de 2021 e Relatório de Investimentos de Novembro de 2021. Após, foi passada a palavra ao Gerente de Planejamento e Controle que comunicou os informes gerais, oportunidade em que falou sobre o andamento da contratação de estagiários para a autarquia, o concurso público para contratação de empregados públicos que foi realizado pela Fundação Carlos Chagas e o Decreto 66.228/21, que trata das regras referentes ao encerramento da execução orçamentária financeira, bem como sobre a contratação dos serviços atuariais. Depois dos informes gerais, o Conselho Fiscal decidiu que os esclarecimentos sobre o relatório de imóveis deste mês fossem encaminhados, por escrito, através de correio eletrônico, tendo em vista que a apresentação a ser realizada pela nova empresa de auditoria independente demandará tempo. Após essa deliberação pelo Colegiado, foram convidados os auditores Eliane Resmini, Valdir Correa Sobrinho e Marcial Lopes Filho da empresa Rusell Bedford para apresentarem os relatórios referentes aos resultados da auditoria independente do 1º semestre do exercício de 2021. Inicialmente, Eliane Resmini apresentou e explicou sobre o Relatório de Revisão sobre as Demonstrações Contábeis – RDC, no qual a auditoria revisou as demonstrações contábeis intermediárias da SPPREV referente ao período findo em 30 de junho de 2021, compreendendo o balanço orçamentário, financeiro, e patrimonial, as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa, neste mesmo período, bem como as notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Na mesma oportunidade, também foi falado sobre a responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis, bem como a responsabilidade dos auditores independentes. Neste ponto, foram apontados pela auditoria independente como ressalvas: (i) a questão dos imóveis para investimento a valor justo, (ii) questões referentes as confirmações externas, que dizem respeito as ações judiciais da autarquia,



SPREVATA20220023A

São Paulo Previdência
Presidência

que são controladas pela PGE, (iii) o descumprimento de dispositivos legais, uma vez que a Autarquia até a presente data não assumiu por completo o processamento das folhas de pagamento dos inativos da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça do Estado, do Tribunal de Justiça Militar do Ministério Público e das Universidades Paulistas, conforme estabelece o Decreto Estadual nº 54.623, de 31 de julho de 2009. A auditoria também apontou algumas Ênfases. A Conselheira Eugênia Netto de Andrade e Silva Sahd afirmou que as referidas ressalvas estão sempre sendo apontadas pelas auditorias independentes, pedindo explicação à Diretoria de Administração e Finanças. Assim, foi passada a palavra ao Gerente de Planejamento e Controle, o qual esclareceu sobre os imóveis para investimento a valor justo, as confirmações externas e o descumprimento dos dispositivos legais. Em seguida, Eliane Resmini iniciou a apresentação do Relatório de Avaliação dos Controles Internos, do 1º semestre de 2021. Ainda sobre referido Relatório, Marcial Lopes Filho também falou sobre a avaliação das folhas de benefícios civis pela auditoria independente, especificando os pontos que foram analisados. Nesta oportunidade também foi falado sobre a folha de pagamento dos empregados públicos, bem como os prontuários dos mesmos, as licitações e contrato, o orçamento, o financeiro, controles patrimoniais, Certidão de Regularidade Previdenciária e outras exigências Ministeriais, retenções de tributos, adiantamentos e diárias, alçadas e autorizações, investimentos, carteira imobiliária. No referido relatório também foram indicados sobre as demonstrações contábeis e sobre a venda de ativo permanente sem o reconhecimento de baixa do bem. Em seguida, a auditoria passou a detalhar os pontos de recomendações gerais. Desta forma, como ressalvas, foram destacadas as Atas das reuniões da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal cuja recomendação é que sejam registrados nestes atos os valores contábeis financeiros referentes ao superávit e ao déficit financeiros, bem como que sejam anexados os relatórios das demonstrações contábeis. Neste ponto, o Gerente de Planejamento e Controle ressaltou que, até então, nunca antes tinha sido levantado esse ponto pelas auditorias anteriores, nem mesmo pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que fiscaliza as atividades da autarquia, inclusive as Atas das reuniões. Assim, o Gerente Planejamento e Controle que este ponto fica a cargo do Conselho Fiscal em deliberar por adotar ou não o procedimento recomendado por esta auditoria. A Conselheira Eugênia Netto de Andrade e Silva Sahd disse que esse ponto pode ficar como uma recomendação a ser discutida e revista nos dois Conselhos da autarquia posteriormente, no que os demais membros do Conselho Fiscal concordaram. Outra recomendação colocada pela auditoria foi quanto a atualização dos dados financeiros – operacionais (compras, contratos, licitações e outros) no Portal de Transparência. Sobre referido ponto, Marcos de Oliveira Campos informou que tais informações já foram atualizadas. Outro ponto foi quanto à revisão dos processos de segurança física, apontando que foi observada uma sala aberta, localizado ao lado do hall dos elevadores, na qual continha três switches. A auditoria também trouxe a questão da implementação e disseminação da prática da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados, bem como o acompanhamento do processo de implantação, recomendando-se que a SPPREV mantenha uma política forte de prevenção de dados, inclusive estendendo que tal política se estenda a empresa Atlantic, responsável por manter Sistema de Gestão Previdenciário da SPPREV. Por fim, a auditoria fez mais algumas observações. Depois da apresentação dos auditores independente, foi passada para as análises do Balancete de Outubro de 2021 e do Relatório de Investimentos e 2021. Na oportunidade, foi passada a palavra ao Gerente de Finanças e Contabilidade, que explicou sobre a parte Previdenciária do Balancete. Assim, André Carvalho Penafieri falou sobre as principais variações financeiras entre setembro e outubro, apontando para uma queda na receita do mês de outubro, destacando como o principal fator para tanto a queda da insuficiência financeira decorrente da suspensão de benefícios por ausência do recadastramento, que voltou a ser obrigatório a partir de setembro de 2021. Outro ponto de destaque das receitas do mês de outubro foi a queda no rendimento das aplicações financeiras. André Carvalho Penafieri também falou sobre o Relatório de Investimentos do mês de Novembro de 2020, apontando uma recuperação dos investimentos que levaram ao fechamento do mês com rendimentos positivos. As demais receitas tiveram uma pequena variação, havendo uma queda na contribuição dos inativos por conta da suspensão dos benefícios de aposentadoria e a contribuição dos pensionistas também houve uma queda pelos mesmos motivos. Com relação às variações nas despesas, houve uma queda na liquidação das despesas no mês de outubro, com destaque para as despesas com os inativos, sendo os fatores principais a pendência de liquidação das despesas de



São Paulo Previdência
Presidência

agosto que foram liquidadas em setembro e a suspensão dos benefícios por falta de recadastramento. Após, foi passada a palavra ao Gerente de Planejamento e Controle que falou sobre a parte relativa à Administração do Balancete de Outubro de 2021. Nesta oportunidade, Marcos de Oliveira Campos falou sobre o aumento da receita e queda na despesa no mês de novembro. O Gerente de Planejamento e Controle também falou sobre os contratos administrativos. Ao final, esclarecidas as dúvidas, o Balancete de Outubro de 2021 e o Relatório de Investimentos de Novembro de 2021 foram aprovados, por unanimidade, pelo Conselho Fiscal, ficando a próxima reunião ordinária agendada para o dia 20 (vinte) de janeiro de 2021, sexta-feira, às 10h00min horas.

São Paulo, 05 de maio de 2022.

Paola Spechoto Camargo
Secretária da Reunião
Conselho Fiscal

SAMUEL PAULO VIANA DA SILVA
Presidente do Conselho
Conselho Fiscal

DIÓGENES FRANCISCO MARCELINO
Vice-Presidente do Conselho
Conselho Fiscal

Eugênia Netto de Andrade e Silva Sahd
Conselheira Titular
Conselho Fiscal

Marina Amadeu Batista Bragante
Conselheira Titular
Conselho Fiscal

